

Humaitá nunca esquecerá o dia em que aqueles forasteiros começaram a chegar, quebrando a rotina dos 1.800 habitantes do lugar. Eram dez mil, entre peões e soldados, e vinham para continuar a construção da grande estrada. En-

contraram mocinhas tímidas e foram embora deixando filhos, pais desesperados e melancólicas mulheres. Dom Miguel D'Aversa, o bispo de Humaitá, lembra aquele tempo: "Sofreram mais

as famílias de bem, pois suas filhas, diante de tantos bárbaros, esqueceram-se de Deus e caíram no pecado". A 3ª reportagem da série O Sonho Amazônico conta esta invasão e fala da desen-

freada ocupação das terras do Território Federal de Rondônia (100 mil habitantes em 1970, 600 mil hoje), em um processo marcado por histórias de morte, vingança e corrupção.

Os peões invadem a rotina de Humaitá

Texto: LUIZ FERNANDO EMEDIATO
Fotos: ROLANDO FREITAS
enviados especiais

O engenheiro Paulo Ferreira Vilarinho olha para o céu estrelado, consulta o seu relógio, diz que o satélite vai passar, entra no barraco de madeira onde está instalado seu sofisticado equipamento e diz:

— Nós temos só oito anos para mapear toda a Amazônia.

All, no ermo povoado de Prainha Nova, às margens do rio Aripuanã, entre a base aérea de Jacareacanga e a cidade de Humaitá, o IBGE instalou uma equipe técnica da Área Ecológica do Roncador. Sua missão: rastrear os satélites de navegação lançados ao espaço pela NASA, elaborar cálculos complicados, manipular uma estação móvel Doppler Survey Set, acoplada a um computador JMR-1, da última geração, e, através da geodésia espacial, colher subsídios para o primeiro grande mapeamento da Amazônia.

As margens do rio Aripuanã, indiferente à movimentação desses técnicos, Manuel Arigó, dono de um "regatão", dedica-se à rentável tarefa de explorar a população ribeirinha. Ele entra pelo Aripuanã com seu barco carregado de gêneros, cereais e outras tralhas, que trocará por

borracha, óleo de pau-rosa, sorva e castanha.

All, no Sudeste do Amazonas, não chega a lei nem a civilização. Prainha Nova é, na verdade, um acampamento do DNER, rodeado por pequenos grupamentos humanos — como o do Periquito — habitados por garimpeiros, caçadores e seringueiros.

Um pouco antes de Prainha Nova, às margens do rio Sucunduri, há outro acampamento do DNER, semi-abandonado. perto deste rio, Luis Acco, um gaúcho, levantou as pilastras do seu império. A malária expulsou-o de Rondônia, onde se instalara com a família (mulher, cinco filhos) e 20 cabeças de gado.

— Mas a terra era pouca e a doença, muita. Por isso, vim para a Transamazônica, abrir um posto de gasolina.

A estrada era nova e a esperança, intensa. A Petrobrás, porém, parece ter esquecido que existem ali duas bombas de gasolina, pois desde 1976 não as reabastece. Por isso, Luis Acco abandonou o negócio e ocupou as terras ao redor, onde plantou milho, mandioca e arroz, auxiliado por um bando de índios aculturados que lhe oferecem



A borracha, hoje, vale muito pouco

trabalho em troca de comida. Na última safra, entretanto, teve de dar todo o arroz aos porcos, pois mais uma vez não tinha a quem vender. Mas ele insiste: vai ficar ali enquanto puder.

— Vou ficar, pois tudo isso é meu. Sim, é meu, porque ninguém aparece por aqui para reclamar a posse. Então eu digo que os limites das minhas terras vão 30 quilômetros para o Norte e 30 quilômetros para o Sul, ou seja, até onde eu consegui chegar com o meu machado.

Um dia alguém chegará ali e Luis Acco, dono do mundo, terá destruído o seu império de fantasia. Enquanto isso não acontece ele anda, até cansar, pelo interminável caminho da sua ambição.

A INVASÃO

Também Humaitá, onde até o ano passado terminava a

Transamazônica, afundou-se no delírio quando seus 1.800 habitantes foram surpreendidos pela chegada dos peões da Construtora Andrade Gutierrez e, depois, pelos soldados do 5º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro. Para o resto da sua história, Humaitá haverá de lembrar aqueles dias.

— Sofreram mais as famílias de bem, pois suas filhas, diante de tantos bárbaros, esqueceram-se de Deus e caíram no pecado — recorda-se dom Miguel D'Aversa.

Dom Miguel D'Aversa, o bispo de Humaitá, chegou à cidade em 1962, quando ali existiam 1.300 habitantes, dois veículos que não tinham onde ir e o rio Madeira com toda a sua pujança, lento e único caminho pelo qual chegavam as mercadorias e as notícias.

Como quase todas as cida-

dezinhas amazônicas, Humaitá teve os seus dias de glória. Já foi chamada de "Princesa do Madeira" e houve um dia em que todas as suas sete ruas originais eram asfaltadas.

Essa princesa da selva, segundo o que está inscrito no Livro do Tombo da centenária matriz local, teve seu destino selado quando, no dia 15 de maio de 1889, o comendador José Francisco Monteiro abandonou o sítio Pasto Grande, assaltado pelos índios Parintintins, e encostou seu barco neste lugar à margem esquerda do Madeira, abaixo da boca do Igarapé Beém.

Tal comendador, que possuía 500 empregados e era temido por Deus, mandou construir uma capela, mais tarde a Matriz de Humaitá, em cujo livro do Tombo, à página 195, escreveu um dia o piedoso padre José Maria Pena:

— O fundador de Humaitá parecia sentir correr nas veias o compromisso português tomado em 1648 por Dom João IV, jurando em nome do Império defender a Imaculada Conceição. Por isso determinou construir uma capela dedicada ao dogma católico, que há poucos anos fora definido pelo grande Pontífice Pio IX.

Em 1909, quando a borracha tomava os herdeiros do comendador cada vez mais ricos,

Humaitá já possuía luz elétrica e água encanada. Haveria, com a grande catástrofe do látex, de perder tudo isso. Nos primeiros anos de 1970, quando chegaram os construtores da estrada, os peões encontraram uma cidade morta, com suas mocinhas tímidas.

Os peões se foram, deixando filhos, paixões vulcânicas, pais desesperados e mulheres melancólicas. Mas Humaitá renasceu das cinzas e hoje já se pergunta se tudo o que aconteceu não teria sido, mais do que uma desgraça, uma bênção divina.

Humaitá tem agora 20 mil habitantes e seu orçamento subiu de 800 mil cruzeiros, em 1970, para 7 milhões. Embora sua economia seja ainda extrativista — até a carne é importada da Bolívia — já começam a surgir as primeiras fazendas de gado e os alicerces de uma fábrica para beneficiar o látex.

Humaitá fala com o mundo, através de um moderno sistema de microondas instalado este ano pela Embratel, e assiste diariamente aos principais programas de televisão. Há um projeto para o asfaltamento de todas as suas ruas, pelas quais transitam hoje, quase sorridentes, as mocinhas tristes que os peões abandonaram.

Pareceria uma cidade tranquila, se o prefeito João Batista

Teodoro Alves Filho, pernambucano, arenista, não tivesse brigado com a Câmara, que o acusou de corrupto. Por causa disso, ele viajou para Manaus, levando a chave da Prefeitura e impossibilitando o vice-prefeito de substituí-lo no posto.

Indiferente a essas convulsões políticas, o sereno dom Miguel D'Aversa está preocupado com a explosão populacional e a alteração dos costumes. Os 5 mil peões se foram — ficaram os soldados do 5º BEC — mas ficou o ressentimento: "O povo daqui não gosta de forasteiros".

Dom Miguel tem grandes planos de industrialização para Humaitá. Recentemente ele mandou para sua cidade, na Itália, umas amostras de embauça, um fibroso vegetal da região. Recebeu de volta, meses depois, um pedaço de papel, resultado do processamento das mesmas amostras que mandou.

— Nós aqui vivemos na fartura. Dizem, pelos jornais, que a Amazônia é pobre. É pobre porque é mal explorada. Nós temos aqui 36 qualidades de banana.

Dom Miguel vai mais longe, e conta uma história: "Há anos eu fui à boca do rio Ipi-xuna, ver como estava a evangelização dos índios parintintins. Eles me disseram que uns estrangeiros apareciam sempre por lá. E eu perguntei:

— O que fazem essas pessoas?

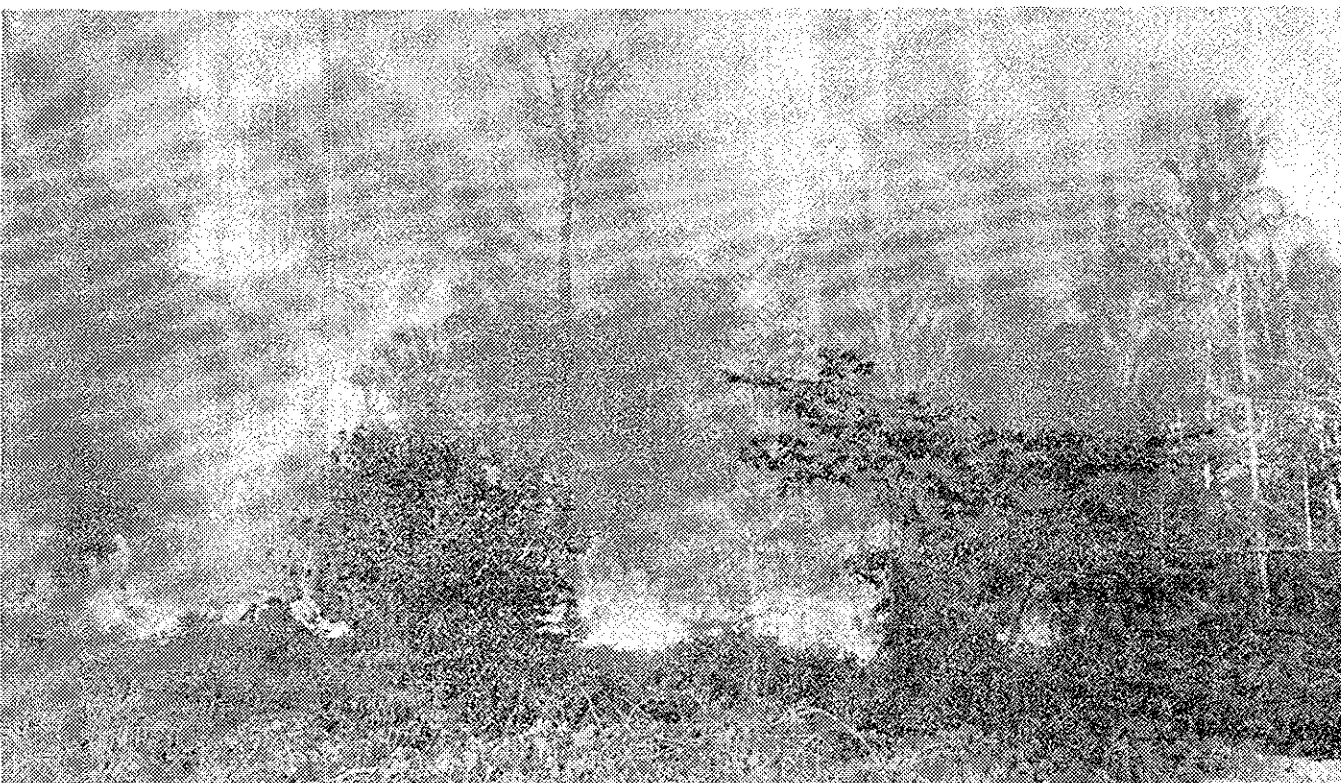
— Escrevem. Escrevem. Avião traz comida. Carregam sacos pequenos, pesado, e avião leva.

Isso aconteceu há uns 15 anos, completa dom Miguel. "Esses estrangeiros eram norte-americanos; estavam, era o que diziam, estudando a língua dos índios. Agora estão dizendo que o governo achou urânio no Ipi-xuna."

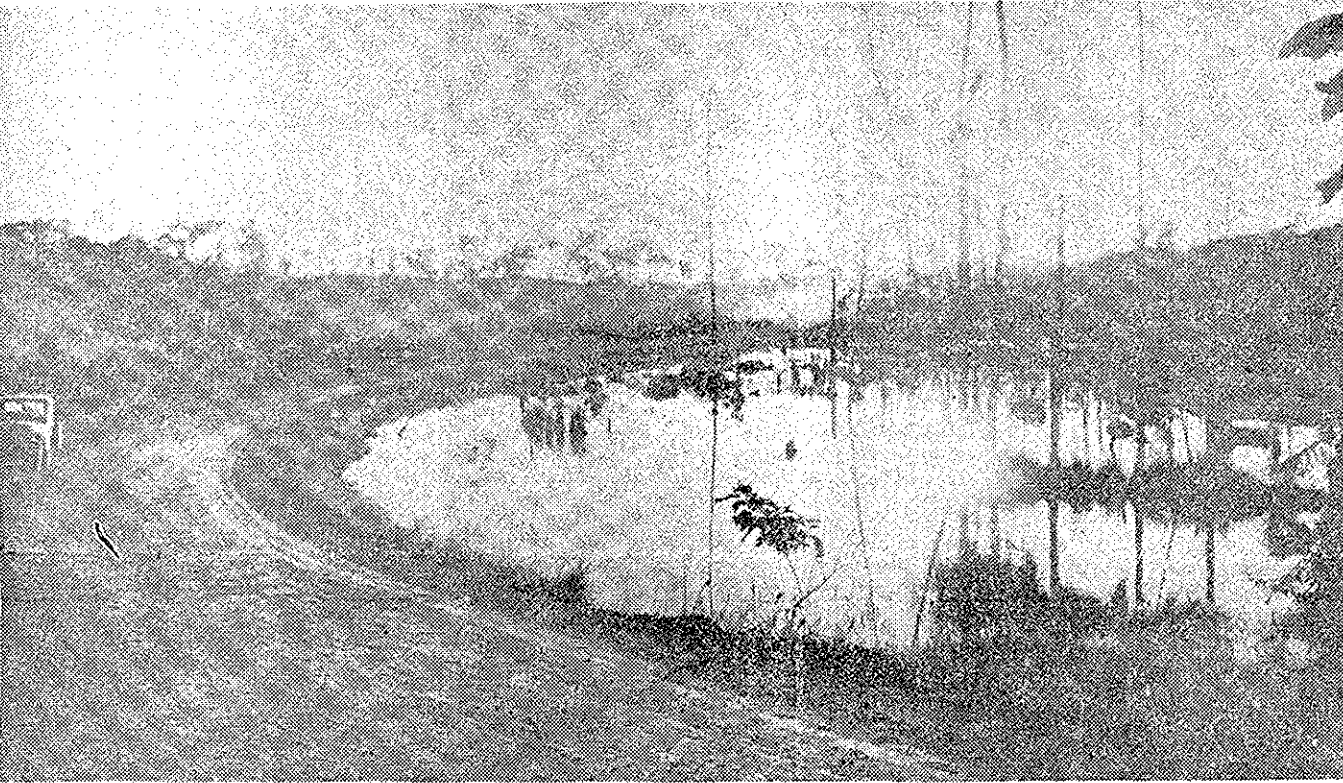
Dom Miguel D'Aversa está preocupado com o destino de Humaitá e da Amazônia. Ficará mais preocupado dentro de algum tempo, quando se acirram os primeiros conflitos pela terra, que já começam a surgir numa região onde, há menos de 10 anos, ninguém se preocupava em cercar propriedades.

— Humaitá está só no começo — murmura o vice-prefeito Stefano Petretski, à porta da Prefeitura na qual não pode entrar, pois não tem a chave. — E eu tremo só de imaginar o que vai acontecer.

Para Humaitá, o pesadelo não começou, mas já é, seguramente, uma data marcada no seu antigo calendário. Pois um dia, a não ser que ocorra um milagre, os conflitos alcançarão a violência dos que acontecem a apenas 180 quilômetros dali, no Território Federal de Rondônia.



Primeiro, o fogo. Em 75 anos, as queimadas (e as estradas) destruíram 24 por cento da floresta



Depois, o vazio e a desolação. Os índios fugiram. Ficaram a pobreza do colono e a estrada deserta

E os colonos ocupam a terra da corrupção e da farsa

Até o final do século XVII só havia em Rondônia algumas missões jesuítas, no obsessivo empenho de salvar para Deus a alma dos índios. No início do século XVIII descobriu-se ouro no rio Cutabá e o Território, um pouco mais acima, foi tomado de assalto pela ambição dos que esperavam encontrar ali o pó dourado. Não encontraram ouro, mas acharam borracha.

No final do século XIX foi construída a lendária estrada de ferro ligando o rio Madeira ao rio Mamoré, mas não seria ali desta vez que Rondônia atraísse muitos colonizadores. A verdadeira corrida só começaria no início dessa década, quando o Território, rico em terras férteis, soçobrou, finalmente, diante da violência, da corrupção e do caos administrativo.

TERRITÓRIO SEM LEI

O Território Federal de Rondônia tinha 100 mil habitantes em 1970. Agora, tem 600 mil e não sabe onde colocar os que chegam diariamente, de todos os lugares. A situação funilaria é um dos mais complexos problemas sociais. Em 1972, foram registrados 3.200 imóveis com diferentes modalidades de posse, algumas sem qualquer título legal.

A partir de 1960, após a abertura da rodovia Cuiabá-Porto Velho, novas frentes de ocupação desenvolveram-se, intensificando o fluxo migratório. Cidades surgiram da noite para o dia. Isso gerou uma ocupação espontânea e desorganizada de terras da União, como também de particulares, que se diziam proprietários, quase sempre sem poder prová-lo quando levados aos tribunais.

"Mesmo terras de reservas indígenas foram penetradas e ocupadas indevidamente", afirma o insuspeito "Atlas de Rondônia", editado pelo IBGE, em apresentação do atual governador do Território, coronel Humberto da Silva Guedes. Essa ocupação espontânea, desorganizada e irregular, deu lugar a sangrentos conflitos entre no-

vos e antigos ocupantes ou pretensos proprietários."

Quando o Inca chegou ao Território, a situação já era de caos. Não se pode afirmar que houve mudanças, pois as próprias autoridades responsáveis pela edição do "Atlas de Rondônia" ilustram os mapas da colonização com as seguintes palavras:

— O Inca tem encontrado dificuldades extremas para determinados casos, pois, pelas leis que regem o domínio das terras da União, estas só podem ser regularizadas até 3.000 hectares, quando situados ao longo de rodovias ou em faixa de fronteira. Isto vai contra o interesse de grandes companhias de colonização e de empresas agropadoras ou madeireiras, desejosas de se instalar no Território. A atuação do Inca não é compreendida por estes empresários.

É aí que surgem os conflitos. O vereador José Gonzaga, do MDB, ex-colono em Cacoal, onde a violência impera, frequentemente ocupa a tribuna para denunciar a ação de pistoleiros e funcionários do Inca, a seu ver corruptos. Recentemente, ao defender um grupo de colonos no momento em que eram expulsos de suas terras, foi obrigado a fugir debaixo de uma saraiada de balas.

"Isso aqui é o inferno da corrupção e da farsa — intervém o presidente da Câmara dos Vereadores, José Viana dos Santos. — Eu até me admiro como um religioso daqui foi capaz de afirmar, em Brasília, que em Rondônia não há conflitos pela terra".

Esse religioso é o bispo-coadjutor de Rondônia, dom Antônio Sarto. Um homem enérgico, defensor da propriedade privada e daqueles que, no seu entender, conquistaram a selva na época da borracha. Ou seja: os antigos "coronéis de barranco" e os seringueiros. Quando lhe dizem que há corrupção no Território, levanta as mãos e diz:

— É claro que há corrupção. Em Pimenta Bueno os fulanos aceitaram dinheiro. Mas e daí?

São falhas humanas. Há disso em todo o mundo, nos escalões subalternos."

Samuel Garcia teve seus seringaais ocupados pelo Inca e concorda com dom Antônio Sarto:

— A terra a quem lutou por ela. Assim devia ser a lei.

Saudoso da época de fausto em que a Argentina mandava seus aviões ao Território para comprar borracha a 400 cruzeiros o quilo (hoje não chega a 40 cruzeiros), ele quase estoura de irritação ao referir-se ao descaço oficial pela sorte dos seringaílistas. Os seringaílistas de Rondônia já não valem nada.

De fato, a maior parte da borracha comercializada no Território vem da Bolívia, através de Guajará-Mirim. E os seringaílistas como Samuel Garcia são cada vez mais, assim como os índios, uma espécie condenada a extinguir-se. Não há lugar para esses homens numa sociedade que moderniza até mesmo as suas formas de exploração.

— Somos considerados escravagistas e ladrões — desabafa Garcia. — Ladrão, eu digo e assino em baixo, é o Banco da Amazônia, que não nos paga o justo valor pela borracha que lhe vendemos.

Mas os poucos seringueiros existentes em Rondônia são "propriedade privada" dos seringaílistas. Financiados por estes, endividam-se de tal forma que terão de trabalhar a vida inteira para saldar as dívidas.

Como se o eterno e inglório fardo dos seringueiros tivesse de ser herdado por outra geração de homens sem posses, aqueles que chegam a Rondônia e não conseguem para si um pedaço de terra acabam nas garras dos "gatos", comerciantes de mão-de-obra, homens violentos que trabalham para grandes fazendeiros do Mato Grosso.

Em Vilhena, Sul de Rondônia o velho Quirino Borges dos Santos alugou dois filhos para o "gato" Né Cego e nunca mais os viu. Procurou a polícia, disse que queria os filhos de volta, mas como provar a veracidade

de tão absurdo negócio, o aluquilo de homens?

ELES JAMAIS ESQUECEM

Também os índios sofreram muito com a explosão populacional de Rondônia. Se antes eram explorados pelos seringaílistas e mortos a tiros tanto por estes quanto pelos caçadores de peles, agora frequentemente envolvem-se em conflitos com os colonos e posseiros.

Délcio Vieira, delegado da Funai em Porto Velho, com jurisdição sobre uma extensa área envolvendo Rondônia, Acre e Sudoeste da Amazônia, conta, por exemplo, a triste história de Oréia, o guerreiro suruí que se apaixonou pela filha de um colono e, por isso, acabou perdendo a vida. Oréia foi viver com essa mulher, mas, ignoran-

te dos confusos costumes civilizados, voltou um dia para devolvê-la ao pai. Isso provocou a ira de um primo, que atacou Oréia e foi, por isso, morto com uma flecha. O pai da mulher que Oréia não mais queria vingou o sobrinho matando o índio e incendiando o corpo com gasolina.

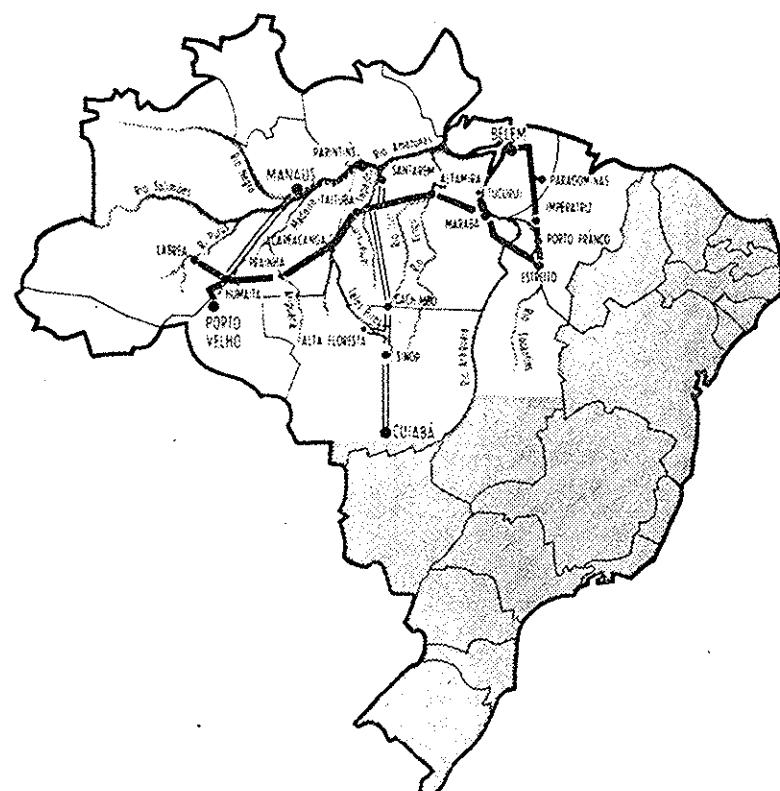
Os suruis jamais esquecerem. Itabira e Anini, guerreiros, juraram vingar Oréia e ate hoje, dois anos depois da tragédia, são vigiados por funcionários da Funai.

Indiferente à tragédia dos índios, às angústias dos colonos e à burocracia do Inca, autarquia da qual foi executor, o capitão Sílvio Gonçalves de Faria abriu um bem sucedido escritório de colonização e dedicou-se ao negócio de terras.

— O capitão Sílvio Faria está derrubando mais de 100 alqueires de florestas e ameaçando os posseiros, para que saiam dessa área — denuncia o presidente da Câmara dos Vereadores, José Viana dos Santos. São terras desapropriadas, mas ele quer ficar com elas para si próprio. E o Inca dá cobertura a esses grupos.

José Viana revela também que em 1975 o presidente da República autorizou a desapropriação de 12 seringaílistas na região de Nova Vida, Canaã, Cajazeira, São Domingos e outros, nos quais o Inca deveria assentar 7.100 famílias. Até hoje o Inca não cumpriu a determinação presidencial, embora existam em Rondônia 19 mil famílias aguardando autorização para ocupar terras da União.

O sonho amazônico - III



A terceira etapa da viagem (acompanha a linha negra no mapa): de Jacareacanga a Prainha, no rio Aripuanã; depois, Humaitá e Porto Velho, no rio Madeira; e Lábrea, no rio Purus.

— Aqui acontecem coisas absurdas — conclui o vereador.

E lembra que, em abril de 1971, quando foi proibida a garimpagem de cassiterita em Rondônia, onde estão as maiores reservas do País — três milhões de toneladas —, mais de cinco mil garimpeiros ficaram sem emprego.

— Não, foi bom ter acabado o garimpo — discorda dom Antônio Sarto, o Bispo. Era uma atividade antieconômica e anti-social. Os garimpeiros são antros de bebedeira e prostituição.

A cassiterita de Rondônia é extraída agora por minerações controladas pelos grupos Monca, Paranapanema, Brascan e Patiño. No ano passado essas empresas conseguiram tirar de lá 7.484 toneladas de minério com 80% de estanho, quase 80% de toda a produção brasileira.

ONDE TERMINA O SONHO

De Porto Velho a Manaus há uma estrada precariamente asfaltada, de 878 quilômetros. Essa estrada foi construída à força, em condições inóspitas, porque, depois do rio Madeira, a absoluta carência de material somou-se às agruras da selva e às chuvas, que enterravam as máquinas do DNER nos lodacais. Não se encontrava cascalho num raio de dezenas de quilômetros e a solução foi utilizar na pavimentação 2.500 sacos de cimento, misturado à terra, para cada quilômetro construído.

É, por isso, uma das estradas mais caras da Amazônia. Sua conservação custa 20 milhões de cruzeiros por ano, informa o engenheiro do DNER. Por essa estrada — uma estrada deserta, pois as terras que atravessa ainda não foram colonizadas — só podem trafegar microônibus e caminhões leves, com peso máximo de 9 mil toneladas. As pontes de madeira, sempre em condições precárias, não suportam maior peso.

Em Humaitá, essa rodovia corta a Transamazônica, que terminava ali. Mas em julho foi inaugurado o trecho Humaitá-Lábrea, de 217 quilômetros —

agora a Transamazônica termina um pouco mais longe. Esse um pouco mais longe é uma cidade de casas pobres e sujas, às margens dos rios Acre e Purus.

Os habitantes de Lábrea vivem de uma agricultura incipiente e do extrativismo vegetal. E morrem de febres misteriosas, como a febre negra de Lábrea, que se supõe seja transmitida por um mosquito. Quem adoece começa a tremer, vomita um líquido escuro e depois morre.

A febre negra não tem atacado muita gente, mas é sempre um perigo desconhecido, que pode alastrar-se um dia. Em Manaus, porém, o cientista Warwick Estevam Kerr, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), torce o nariz, proclama-se socialista, portanto interessado em grandes problemas sociais, e exclama:

— A febre negra de Lábrea não nos interessa, porque só matou umas 60 pessoas.

Assim é Lábrea, onde termina a Transamazônica. Antes, só se chegava lá de avião ou barco. Agora, a cidade poderá crescer, ou "inchar", como "incharam" Marabá, Altamira, Itaituba e Humaitá. É possível que um dia seja até ligada ao município vizinho de Boca do Acre, conforme previa o traçado original da Transamazônica.

Ai então será possível ir de João Pessoa, na Paraíba, ou de Recife, em Pernambuco, até a fronteira com o Peru. Mas não será possível ir do Atlântico ao Pacífico, como se previa em 1970, porque o governo peruano não conseguiu concluir a carretera "La Marginal de la Selva", projetada pelo ex-presidente Belaunde Terry para a ocupação da inatingível Amazônia peruana.

A "transamazônica" do Peru começa em Lima, no Pacífico, e termina em Huanaco, no topo da Cordilheira dos Andes. Para os peruanos, o sonho amazônico não conseguiu descer a montanha.